



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente**

## **DIMENSÕES CONCÊNTRICAS DO NEOLIBERALISMO**

**NEOCONSERVADORISMO, NEOCOLONIALISMO, NEOPOPULISMO, NEOFASCISMO E  
NEODESENVOLVIMENTISMO**

**RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo oferece uma reflexão teórica sobre o caráter contemporâneo do neoliberalismo. Argumenta-se que o neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como uma manifestação de relações econômicas, mas sim como uma nova dimensão da racionalidade planetária. Sua expansão e enraizamento acompanham a crise atual do Capital que requisita dimensões da vida social que lhe são concêntricas, tais como o neoconservadorismo, o neocolonialismo, o neopopulismo, o neofascismo e o neodesenvolvimentismo.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, crise do capital, mundialização

### **ABSTRACT:**

This article offers a theoretical reflection on the contemporary character of neoliberalism. It is argued that neoliberalism cannot be understood only as a manifestation of economic relations, but rather as a new dimension of planetary rationality. Its expansion and rooting accompany the current crisis of Capital, which requires dimensions of social life that are concentric with it,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

such as neoconservatism, neocolonialism, neopopulism, neofascism and neodevelopmentalism.

**Keywords:** neoliberalism, capital crisis, globalization

*“Sempre defini o neoliberalismo como um projeto de classe, um projeto para acumular mais riqueza e poder no interior de uma pequena classe de elite. E aqui estamos nós, vários anos depois, constatando que aquele projeto de acumular riqueza e poder nas mãos de uma classe muito pequena de fato foi mais longe do que nunca”*

*David Harvey, Crônicas Anticapitalistas*

## Introdução

Nas teorias criacionistas conta-se que após a criação do mundo e do homem a este foi dada importante tarefa: dar nomes aos seres vivos. Foi assim que plantas, animais, fenômenos naturais, etc. passaram a ser reconhecidos e identificados. Na antroponímia<sup>2</sup> registra-se que os primeiros nomes datam da pré-história quando se desenvolve a necessidade dos humanos se comunicarem uns com os outros. Já no universo científico e no cotidiano da vida popular, a descoberta daquilo que não se conhece *a priori* também costuma ganhar “nomes” e identidades singulares.

Com exceção das teorias criacionistas, todas as demais narrativas que oferecem explicações sobre como nos comunicamos a partir da nomenclatura de tudo que existe, podem ser assim resumidas: no salto ontológico que transforma o ser humano-genérico em ser social, momentos específicos são contraídos e um complexo de *objetivações* se assumem como formas de permitir o trânsito entre o ser particular e o universal. Nesse interim, a linguagem, as formas de consciência e do trabalho se manifestam integrando indivíduo e sociedade. Diante de tal complexidade é a potencialidade cognoscente do ser social que permitirá não apenas a identificação nominal das “coisas” orgânicas e inorgânicas como também dos fenômenos que envolvem o ser nas relações entre seus pares e com a natureza.

O sentido e o significado da maior parte das coisas que conhecemos são transmitidas e retransmitidas na dialética da reprodução social, que contempla a um só tempo a reprodução

---

<sup>2</sup> Ramo da ciência que estuda os nomes (onomástica) próprios de pessoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

material e a reprodução espiritual<sup>3</sup>. Sendo assim, somos levados a compreender não apenas os significados das coisas, mas também os significantes que as engendram. É nesse sentido que as diferentes teorias, em especial as teorias sociais adquirem relevância, pois como forma “superior” de conhecer o que existe, as teorias sociais se ancoram na experiência do vivido dando “nomes” que sintetizam não só as ideias, mas também as relações que envolvem a dinâmica de uma vastidão quase infinita de fenômenos interrelacionados: são as categorias sociais.

No âmbito da tradição marxista, as categorias assumem centralidade na medida em que expressam a dinâmica viva e dialética dos fatos/fenômenos/acontecimentos compreendidos a partir de ininterruptas mediações construídas no processo das relações e interrelações entre os seres sociais. É a forma encontrada, com maestria, para sintetizar os elementos constitutivos do “objeto” de estudo compulsado por quem deseja conhecer algo, o pesquisador. O sociólogo Octávio Ianni definiu a construção da categoria da seguinte forma:

A construção da categoria é, a meu ver, um desfecho, é a síntese da proposta de Marx, isto é, **como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação** [...] não é uma presunção, a priori, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória. Apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Revela-se sob diferentes partes. E, a reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e, tratar de buscar a compreensão global, que implique compreender o fato como um todo, ou seja, vivo, não como um todo que está sendo dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. Mas um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo (Ianni, 1986, p.2).

Estando correto Ianni, ao nos apresentar a categoria, o autor também nos informa que é na articulação dialética entre elas que o pensamento social sobre as “coisas” existentes se constrói, sendo assim, um conjunto articulado de categorias sustenta, invariavelmente a teoria, ou como nos ensina Netto (2016): “a teoria é um conjunto articulado de explicitações metodológicas acerca de um objeto muito determinado”.

A teoria social [...] constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de

---

<sup>3</sup> Processo no qual se produz e se reproduz as formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade (Yazbek, 2009)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é "questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela 'disciplina' " (Netto,1984, p. 14 *apud* Yazbek, 2009, p. 143).

No caso específico do materialismo histórico-dialético trata-se, então, de uma teoria social que desvende a dinâmica de origem, manutenção e fundamentos de uma sociedade específica, pois “se a lógica dialética permite e exige o movimento do pensamento, a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história, isto é, diz respeito às relações sociais construídas pela humanidade durante todos os séculos de sua existência” (Pires, 1997, p. 6). Sendo assim, para tomá-la como substrato de análise de qualquer fato ou fenômeno, podemos para efeitos ético-políticos e por opção de método, restringi-la a um período e a um modo de produção historicamente determinados. Portanto, a teoria social marxiana e marxista não se refere a qualquer ou a todas as sociedades, mas analisa um complexo social composto por processo histórico plurissecular, que nada mais é do que a sociedade burguesa.

Através de sua história, a sociedade burguesa tem sido conduzida pelas leis gerais da acumulação capitalista que, em substância, incidem na apropriação de mais valor e na expropriação do trabalho produzido socialmente, levando o Capital à sua reprodução e expansão ilimitadas. A aplicação dos princípios da “lei geral” ocorre *pari passu* a evolução histórica dos meios e modos de produção inflexionando o mundo do trabalho e, por consequência, as relações sociais em seu conjunto. Para isso, o Capital dispõe não apenas dos aparelhos privados de hegemonia<sup>4</sup> como também de um agente essencial em seu favor, o Estado burguês. O Estado burguês assumirá, portanto, a forma dominante do modo de produção capitalista (MPC) mantendo invariavelmente a propriedade privada dos meios de produção e as condições necessárias para a reprodução do trabalho assalariado e sua expropriação.

---

<sup>4</sup> A noção de aparelhos privados de hegemonia compõem o léxico gramsciano e se referem, segundo Virginia Fontes a “organização e, portanto, [...] a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento ético-político da contra-hegemonia” (2010, p. 133).

É deste modo que surgem ao longo da história diferentes tipos de Estado classificados de acordo com a forma dominante do MPC: Estado Absolutista, Estado Liberal, Estado de Bem-Estar Social, Estado Neoliberal, etc. É, pois, do Estado Neoliberal que iremos tratar nesse pequeno texto, ou melhor, não do Estado em si, mas do neoliberalismo que modela uma forma específica de Estado, sendo hegemônico no mundo a pelo menos nos últimos 40 anos.

O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917 – 2012) possui dentre sua obra uma coleção de livros que ficou conhecida como “As Eras”<sup>5</sup>. Em cada obra o autor nomina uma Era a partir de sua característica dominante. Infelizmente não saberemos como Hobsbawm definiria esse século XXI, no entanto, podemos inferir que o final do século XX e esses anos iniciais de século XXI têm sido fortemente caracterizados pela renovação e/ou a releitura de fenômenos e epifenômenos sócio-históricos que marcaram épocas passadas. O neoliberalismo, por exemplo, tanto pode ser compreendido como uma nova roupagem do liberalismo tradicional e clássico como pode ser também analisado sob a ótica de uma novidade ou ainda ser contraditoriamente ambas as coisas. O mesmo pode ocorrer com outras manifestações sociais, tais como o conservadorismo e o neoconservadorismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo, o populismo e neopopulismo e, o fascismo e o neofascismo.

O que queremos assinalar com essas considerações é que o tempo presente repõe, recicla, renova e sincretiza fenômenos sociais que parecem coincidir com as transformações societárias mais amplas ao mesmo tempo em que mantém o núcleo duro e as regras de ouro da ordem do Capital e da sociabilidade burguesa: *as diferentes formas de acumulação e um sistema de opressões, espoliações e autodestruição*, respectivamente. É nesse sentido que a hipótese de trabalho dessa reflexão consiste em afirmar que o neoconservadorismo, o neocolonialismo, o neopopulismo, o neodesenvolvimentismo e o neofascismo nada mais são do que epifenômenos da forma Capital neoliberal do tempo presente que, ao se deparar com uma de suas mais longas crises, experimenta e convoca estratégias de manutenção que agudizam suas contradições ao mesmo tempo em que lhe garante sobrevivência e longevidade.

Sendo assim, essa reflexão seguirá problematizando cada um destes fenômenos compreendidos aqui como categorias sociais, o que nos permitirá articular história e análise crítica não apenas a partir do diálogo com estudiosos relevantes de cada um dos temas como também inquirir processos histórico-empíricos que particularizam e articulam os “objetos” estudados. O texto trará,

---

<sup>5</sup> A Era das Revoluções (Europa 1789-1848), A Era do Capital (1848 - 1875), A Era dos Impérios (1875 - 1914) e A Era dos Extremos (O breve século XX 1914 -1991).

além dessa introdução, uma primeira seção que coloca o neoliberalismo em contexto e em exame e uma segunda que problematiza e articula suas dimensões concêntricas contemporâneas: o neoconservadorismo, o neocolonialismo, o neopopulismo, o neofascismo e o neodesenvolvimentismo. Nas considerações finais discutiremos a pertinência e/ou relevância de nossa hipótese de trabalho.

### **Neoliberalismo: demiurgo do capitalismo contemporâneo**

Como já anunciado anteriormente as categorias são fundamentais para a compreensão analítica e crítica dos fenômenos sociais. Elas, as categorias, costumam ter um sentido preciso quando inseridas no contexto das diferentes teorias sociais. Contudo, se considerarmos que as teorias refletem visões de mundo e estimulam práticas políticas, poderemos inferir que elas se tornam objetos de disputa de projetos societários distintos. Sendo assim, as teorias e seu corpo categorial estarão sujeitas a deturpações dos seus sentidos originais. Isso explica uma série de “vulgarizações” que encontramos ao longo da História nas macronarrativas da modernidade, e, mais ainda, nas produções intelectuais pós-modernas. Isso ocorreu e também vem ocorrendo com o “neoliberalismo”. O termo tornou-se tão recorrentemente utilizado não apenas na academia, mas também na mídia, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, enfim, espalhou-se por toda sociedade, que fica agora difícil compreender sua natureza e essência de modo crítico.

Pensar o neoliberalismo como categoria social nos obriga a adotar um referencial para análise, e em nosso caso, o neoliberalismo será analisado a luz do materialismo histórico-dialético constante do programa teórico de Karl Marx e de outros intelectuais que seguiram seus passos. Essa opção nos impede de compreendê-lo como fatalidade histórica e nos remete a estabelecer suas conexões com o MPC.

Muitos autores iniciam seus estudos sobre o neoliberalismo resgatando as prédicas essenciais do chamado *liberalismo clássico*, pois de lá advém os postulados fundamentais que ergueram a sociedade de mercado e permitiram que as relações mercantis primitivas se desenvolvessem para relações capitalistas. Além disso, o liberalismo clássico repousa gênese na tradição *jusnaturalista* que possui dentre suas vertentes uma tendência que compreende a propriedade privada como direito natural, e, o Estado, desta forma, não teria outra função a não



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ser fazer valer tal direito<sup>6</sup>. É na obra de John Locke (1632 – 1704) que esses princípios e narrativa podem ser encontrados.

Além disto, os princípios liberais, tanto tradicionais quanto contemporâneos, quando referidos à dinâmica social real se lastreiam nas relações de poder que se materializam através dos instrumentos opressores do Estado (leis, aparato policial, punições, etc.) e na configuração de um modo de vida cujas formas específicas de produção e reprodução social lhe dão forma e conteúdo. O liberalismo, é portanto, responsável por formas de pensamento que persistem até os dias atuais, tais como: *o predomínio do individualismo; a ideia de que o bem estar individual maximiza o bem estar coletivo; o predomínio da competitividade sustentada numa ideia de liberdade de mercado; a naturalização da miséria e das desigualdades; o predomínio da lei da necessidade; a manutenção de um Estado mínimo amparando a ideia de que direitos e políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e, portanto, devem ser paliativas* (Behring & Boschetti, 2006.p. 61-62) e assim por diante.

Esses componentes ideopolíticos contribuem para sustentar as relações de poder no MPC e colocam em disputa uma outra categoria social objeto de escrutínio acadêmico e pilar de sustentação de filosofias políticas que embasam a ação de partidos e movimentos sociais, trata-se da *liberdade*. A noção de liberdade estará presente em todas as formas de pensamento social com sentidos completamente distintos. No liberalismo, a ideia matriz que vincula a liberdade à propriedade seguirá “imune” às inflexões da luta de classes e chegará aos dias atuais como um dos elementos estruturantes daquilo que Dardot & Laval (2016) denominam como *sujeito neoliberal*. A fórmula Estado = liberdade + propriedade tem garantido ao liberalismo e agora ao neoliberalismo se perpetuarem através dos tempos invadindo todas as dimensões da vida social: econômicas, políticas, sociais, culturais, filosóficas, materiais, etc., fazendo com que suas ideias prevaleçam como elemento racional, organizador dos Estados nacionais desde o imperialismo colonial até os dias atuais (id.).

A polissemia que envolve o neoliberalismo como categoria teórica e prática política está diretamente relacionada a sua origem. Diferente do liberalismo clássico cujas origens coincidem com a fase de consolidação da teoria política moderna o neoliberalismo nasce como expressão de um desejo de proeminentes representantes do capitalismo global criarem formas eficientes de combater tanto o que denominavam como ameaça comunista, sobretudo, após a Revolução de

---

<sup>6</sup> Segundo a tradição jusnaturalista o direito natural é aquele que não deriva de nenhuma lei criada pelo homem. É um direito que advém da natureza, portanto é universal, imutável e não se altera com o tempo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

1917 e também ideias e práticas intervencionistas como o *New Deal* (1933 – 1937) e o *keynesianismo*. Com a intenção de renovar o liberalismo, conservadores como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhem Röpke, Alexandre von Rüstow, dentre outros, se reuniram em 26 de agosto de 1938 no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Paris e realizaram o Colóquio Walter Lippman e, anos depois, em 1947 formam a Sociedade de Mont Pélerin reunindo nomes como Friedrich Hayek, Frank Knight, Bertrand de Jouvenel, Michael Polanyi, Wilhelm Röpke, Karl Popper, Ludwig von Mises, George Stigler e Milton Friedman (Dardot & Laval, 2016, p. 71-72). A reunião de mentes tão diferentes (ainda que unidos por um ideal comum) gerou discordâncias com relação ao que denominavam de novo liberalismo o que contribui para a difusão da diversidade de sentidos que citamos antes. Saad Filho afirma que

Na literatura marxista, o neoliberalismo tem sido entendido de quatro maneiras distintas, porém intimamente relacionadas: como um conjunto de ideias inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão (...); como um conjunto de políticas, práticas e instituições inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma ofensiva de classe liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma estrutura matéria de reprodução econômica, social e política, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação (2015, p. 59).

Todas essas formas de se compreender o neoliberalismo não são excludentes entre si e podem articular-se de modo eficiente conforme os interesses em jogo. As ênfases dadas por diferentes autores na explicação do neoliberalismo devem ser compreendidas como estudo apurado de uma de suas esferas, devendo, portanto, ser acrescida de outros componentes categoriais. David Harvey, por exemplo, é proeminente em destacar o neoliberalismo como modo econômico determinante, e, por isso condicional das demais dimensões da vida. Harvey afirma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harey, 2014, p. 2).

Nessa mesma linha de raciocínio, Octávio Ianni também se deteve a supremacia dos motivos econômicos para explicar o neoliberalismo considerando suas inflexões na sociabilidade:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais (Ianni, 1998, p. 2)

Notamos que ambos os autores fazem menção a noção de *liberdade* evocada pelo capital desde o início de sua existência. A liberdade de mercado e o trabalho *livre* assalariado que sustentaram em parte a transição do feudalismo para o capitalismo se concretiza acompanhando a evolução do MPC gerando sempre formas inovadas de sua exploração. É nesse sentido que outras dimensões do neoliberalismo são exploradas nos permitindo ampliar o debate. São significativas as contribuições de

... Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e David Harvey, o debate [sobre o neoliberalismo] se renovou com a publicação póstuma do curso de Michel Foucault intitulado *Naissance de la biopolitique* (2004). A partir de então, mesmo mantendo uma postura crítica, todo um trabalho foi realizado no sentido de definir o conceito ou por relação à sua doutrina teórica, enfatizando as principais escolas e pensadores, a proveniência e a trajetória das ideias e o contexto e as circunstâncias em que emergiram (Mirowski & Plehwe, 2009; Peck, 2008), ou por relação ao chamado “*actually existing neoliberalism*”, destacando sua implementação prática, seus fenômenos, suas estratégias, suas esferas de atuação e dinâmicas (Brenner & Theodore, 2002; Dardot & Laval, 2009; Wacquant, 2012). Por fim, o último impulso veio com a crise financeira de 2008, que recolocou politicamente a questão dos limites, da continuidade e das alternativas ao neoliberalismo (Duménil & Lévy, 2014; Peck, Theodore & Brenner, 2012a; 2012b; Mirowsky, 2013; Davies, 2014; Dardot & Laval, 2014) (Andrade, 2019, p. 212).

Nessa miríade de perspectivas, a nossa ideia-força consiste em asseverar que o neoliberalismo se beneficia ao mesmo tempo que estimula dimensões autodestrutivas da vida expressas em formas de pensamento social e em práticas políticas que lhe conferem etéreos conteúdos éticos. Vejamos algumas dessas dimensões.

**Dimensões concêntricas do neoliberalismo: neoconservadorismo, neocolonialismo, neopopulismo, neofascismo e neodesenvolvimentismo.**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A escolha pelo neoliberalismo como matriz da nossa análise está relacionada ao fato de que o compreendemos como sendo a essência do capitalismo contemporâneo. Como medula do sistema, o neoliberalismo irradia para todas as dimensões da vida a heterogeneidade de uma morfologia social que tem como fundamento formas renovadas de dominação e opressão. Isto é, estamos tratando de relações de poder que se espriam mundo afora dando a falsa impressão do fim da História. O que ocorre realmente é que os traços particulares da constituição de um povo tendem a ser subsumidos pelas leis gerais da acumulação que universalizam a exploração e a espoliação. Mas se quisermos, de fato, compreender o real, temos que nos atentar para o particular e para o geral como nos alerta Trotski:

Não é verdade que a economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade que os traços específicos não passem de um 'complemento dos traços gerais', uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial (...) não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial. As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, os Estados Unidos e o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial (1979)

Ou seja, o neoliberalismo nasce subjacente a ideia de generalização de uma nova racionalidade de dominação econômica que remonta aquelas estratégias de dominação dos povos praticadas há milênios. Portanto,

O colonialismo não é coisa nova. É coisa velha. Já existia há três mil anos atrás. Ele não é algo ao acaso. Trata-se de uma política de um Estado. Beneficia um povo contra outro povo. Enriquece a classe dominante do povo explorador do outro. Há uma cumplicidade na nação dominadora, contra a nação dominada. Sendo arma de um povo contra outro, não é "apenas" um "problema social" e "econômico". É fundamentalmente um problema étnico e cultural. Tal política acaba jogando para baixo as etnias, as economias e as culturas dos povos que foram dominados e, em seguida, colonizados (Barbosa, 2011, p. 7).

O (novo) colonialismo empresta ao neoliberalismo as formas de dominação étnica, racial, cultural, territorial e ideológica, justamente por levar adiante a perspectiva de desterritorialização do capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As formas de dominação de um povo por outro repousa na ideia de que existem povos superiores e povos inferiores. Os Estados representam o principal “instrumento” na disseminação dessa ideia. Gramsci foi bastante preciso ao nos mostrar a complexidade da estratégia estatal de valer-se da articulação entre coerção e consenso ao desenvolver o conceito de Estado Ampliado. Nesse sentido, o Estado difunde o projeto dominante como sendo o projeto de toda a sociedade.

Assim, todas as vezes em que o bloco no poder se constitui por frações da classe dominante que carregam um projeto societário antimoderno, o (neo)conservadorismo se impõe como forma de pensamento orientando ações restauradoras e preservadoras da ordem capitalista.

Em uma perspectiva histórica, esses movimentos acontecem nas brechas que se abrem durante períodos de crises – sistêmica, orgânicas e estrutural. As crises podem ser geradas por uma diversidade de fatores, mas em geral costumam ter dois vetores desencadeadores: a) o esgotamento dos níveis de exploração da força de trabalho empurrando para baixo as taxas de lucro, ou b) quando se criam fissuras na unidade política que une o bloco no poder e os interesses de seus atores se tornam inconciliáveis. Seja crise econômica, política ou outra, o fato é que elas sempre põem em xeque as prédicas essenciais da democracia burguesa. Nesse sentido, abrem-se brechas para os regimes de força.

A experiência mundial em curso nos mostra como o (neo)fascismo pôde ocupar tais espaços. Em geral, as lideranças despóticas de regimes de força se valem de conteúdos que misturam o reacionarismo<sup>7</sup> ao doutrinário religioso. Se comportam de modo populista e repetem incontáveis vezes palavras de ordem da ideologia nacionalista.

O apelo ao nacionalismo se deve pela necessidade de despertar na população um sentimento de unidade, de nação, de pertencimento, já o populismo, por seu turno, se caracteriza por conta da existência de uma liderança carismática, ainda que despótica, nos moldes da dominação legítima segundo a classificação de Weber. Alguns autores não destacam essa questão da liderança como algo fundamental para definição do fascismo histórico ou do neofascismo contemporâneo<sup>8</sup>, todavia, entendemos que essa é uma característica fundamental, a exemplo do culto à personalidade registrado nas trajetórias de Hitler, Mussolini, Bolsonaro, Trump ou Netanyahu.

---

<sup>7</sup> E não necessariamente o conservadorismo, embora eles não se assumam reacionários, mas sim conservadores, como é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil.

<sup>8</sup> Como por exemplo o italiano Umberto Eco em “O fascismo eterno” publicado em 1997.

O modo de se relacionar com as massas não ocorre apenas por meio dos discursos e atos midiáticos. Portanto, as dimensões concêntricas do neoliberalismo – neopopulismo, neoconservadorismo e neofascismo apresentam substratos materiais quando tais lideranças conquistam o domínio da ordem pública. Deste modo, políticas de massa podem compor o contexto destes projetos de dominação. Esse, pode ser o caso das perspectivas desenvolvimentistas.

Em geral, o desenvolvimentismo tem ocorrido em contextos democráticos. Se trata da ideia de que o Estado desenvolva ações que impulsionem o desenvolvimento intervindo nas distorções do mercado e ampliando a produção de bem-estar. Contudo, o desenvolvimentismo faz parte do escopo do desenvolvimento do MPC e como tal não está imune aos seus limites e contradições.

Em geral, a industrialização costuma ser a mola propulsora dessa estratégia. No capitalismo globalizado as indústrias nacionais devem voltar-se à competição nos mercados internacionais. Além disso, reafirma-se o papel do Estado como agente financeiro sem que isso implique em enfraquecimento do mercado.

O (novo)desenvolvimentismo é a dimensão concêntrica do neoliberalismo menos destrutiva a curto prazo, pois admite ações voltadas as garantias de reprodução social das classes subalternas. Mas a ideia de que apenas a indução estatal pode elevar um país de capitalismo periférico e depende à condição de nação desenvolvida e independente tem se mostrado como experiência histórica limitada e contraditória. A aparente resolução dos conflitos distributivos não resiste as crises do capital e muito menos as disputas de interesses entre as frações de classe que compõem o bloco no poder (Paula, 2016).

Assim, o horizonte utópico do desenvolvimento não supera as dimensões concêntricas do neoliberalismo, ao contrário, convive com elas.

### **Conclusões preliminares**

O neoliberalismo tem sido tratado na literatura crítica como o invólucro do capitalismo contemporâneo. Trata-se, portanto, de um duo-dialético cuja interdependência se dá através de um complexo sistema de retroalimentação. Esse processo tem como uma de suas finalidades “esconder” ao menos para as massas populares as contradições inexoráveis do MPC. A principal delas pode ser estudada com clareza nos livros I e II d’*O Capital*. Trata-se, portanto, da natureza coletiva da produção de riquezas e sua apropriação de modo privado pela classe dominante. A exploração constante da força de trabalho como forma de aumentar as taxas de lucros geram o

problema da escassez de demanda o que leva os capitalistas a tentarem algumas estratégias, tais como: a busca de novos mercados com a expansão geográfica ou o estímulo ao consumo pela concessão de crédito às camadas populares (Harvey, 2024, p. 42). Essas duas estratégias combinadas são apontadas por Harvey (*op. cit*) como sendo motivadoras do recrudescimento do neoliberalismo a partir da crise de 2008, sem prejuízo desta lógica ser praticada também em outras fases do desenvolvimento do MPC.

Se de um lado, a expansão dos mercados (e sua liberalização/desregulamentação) incide na incorporação de países como a China e a Rússia no processo capitalista global, por outro, estimulará as potências tradicionais e imperialistas do capitalismo central a renovar os termos de exploração dos países periféricos. Não apenas reafirmarão a existência de um capitalismo dependente na periferia como exercerão ainda formas de dominação ideocultural chamada por alguns intelectuais de neocolonialismo. O processo de dominação global conta ainda com a retomada de um outro componente ideopolítico que ampara a ideia contemporânea da sociedade em rede. Trata-se do horizonte utópico do desenvolvimento. Isto é, aparelhos privados de hegemonia atuarão em favor do capital desterritorializado disseminando a ideia de que o desenvolvimento da periferia é uma fase necessária para se alcançar o desenvolvimento conquistado pelo centro. É nesse contexto que aquelas estratégias apontadas por Harvey, como por exemplo, a ampliação de um mercado consumidor interno são requalificadas a partir da ideia de um (novo)desenvolvimentismo.

Mas não é apenas isso que caracteriza o neoliberalismo, o autor também destaca a presença de um Estado forte (ao contrário do que podem pensar os críticos do Estado mínimo), pois refere que o Estado não sai de cena, mas reorienta suas funções na direção do atendimento dos interesses da acumulação. E, por fim, Harvey destaca a aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Essa dimensão concêntrica do neoliberalismo tem a função de semear corações e mentes das massas populares como meio de angariar seu apoio ao projeto neoliberal. O neoconservadorismo, assim como o conservadorismo clássico não se constitui como uma doutrina teórica, mas sim como uma forma de pensamento que dialoga diretamente com o ideário antimoderno que ampara a existência de governos de força tanto (neo)populistas quanto (neo)fascistas.

Fica evidenciado, desta forma, como o neoliberalismo fortalece seus tentáculos e devasta tudo ao seu redor. Suas dimensões concêntricas podem extrapolar as dimensões aqui arroladas, no entanto, entendemos serem estas as mais evidentes no tempo presente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Bibliografia

ANDRADE, Daniel Pereira. *O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais*. In Revista Sociedade e Estado, volume 34, n. 1, jan/abr, 2019.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Neocolonialismo: um conceito atual?* In Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IV, n. 8, dezembro de 2011.

BEHRING & BOSCHETTI. Elaine Rossetti & Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

DARDOT & LAVAL. Pierre & Christian. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 (Coleção Estado de Sítio).

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital – imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010 (2ª. ed.) – Coleção Pensamento Crítico

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. *Crônicas anticapitalistas – um guia para a luta de classes no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

IANNI, Octavio. *A construção de categorias*. Transcrição de palestra dada na PUC-SP no primeiro semestre de 1986 no Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. *Globalização e Neoliberalismo*. In Revista São Paulo em Perspectiva, 12 (2), 1998.

MARQUES, Luiz. *Liberdade e Mercado*. In A Terra é Redonda. Disponível em [https://aterraeredonda.com.br/liberdade-e-mercado/?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=novas\\_publicacoes&utm\\_term=2024-08-14](https://aterraeredonda.com.br/liberdade-e-mercado/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-08-14) Acessado em 19/08/2024.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método em Marx*. Curso proferido no PPGPS/SER/UnB em 19/04/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=5s> Acesso em 19/08/2024.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. *Estado capitalista e Serviço Social – o neodesenvolvimentismo em questão*. Campinas/Papel Social, 2016.

PIRES, Marília Freitas de Campos. (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 1(1), 83–94. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>

SAAD FILHO, Alfredo. *Neoliberalismo – uma análise marxista*. In Marx e o Marxismo v. 3, n. 4, jan/jun 2015 (p. 58-72)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

TROTSKI, Leon. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.